



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

## PROJETO BÁSICO

---

### 1 OBJETO

A presente licitação tem por objeto o registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para fornecimento dos serviços comuns de engenharia que englobam a ***“prestação dos serviços de implantação e manutenção de serviços de drenagem, restauração de pavimentação em vias e logradouros públicos, pavimentados e não pavimentados, inclusive fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos e serviços de manutenção, limpeza, drenagem, dragagem e desassoreamento de rios e córregos”***, conforme as especificações contidas nos projetos e demais documentos que integram este Edital de Licitação.

### 2 JUSTIFICATIVA

Com aprovação do Plano de Saneamento em dez/2019, a celebração de convênio para repasse de verbas para aplicação em obras de saneamento básico e a necessidade de realização de obras de manutenção viária, faz-se necessária a abertura de processo licitatório que garanta a execução das obras pretendidas pelo Município.

Os serviços constantes neste Registro de Preços visa garantir a continuidade de atendimento das necessidades de conservação e manutenção da infraestrutura e execução de serviços priorizados pela Administração Pública com vistas a atender as necessidades básicas do município.

### 3 OBJETIVO

- 3.1 Este termo constitui peça integrante e inseparável deste processo licitatório e tem como objetivo estabelecer especificações e os parâmetros técnicos necessários à contratação de empresa especializada para ***“prestação dos serviços de implantação e manutenção de serviços de drenagem, restauração de pavimentação em vias e logradouros públicos, pavimentados e não pavimentados, inclusive fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos e serviços de manutenção, limpeza, drenagem, dragagem e***



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

*desassoreamento de rios e córregos*”, conforme procedimentos integrantes deste Termo.

### 4 DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

A contratação abrange os seguintes serviços:

- 4.1 Manutenção e implantação de redes e dispositivos de drenagem pluvial em diversos logradouros do Município conforme demanda;
- 4.2 Pavimentação asfáltica em logradouros públicos conforme projetos;
- 4.3 Manutenção e restauração de pavimento asfáltico em diversos logradouros públicos;
- 4.4 Mobilização das equipes e equipamentos e instalação e manutenção do canteiro de obras;
- 4.5 Serviços de desassoreamento e dragagem em rios e córregos;
- 4.6 Além do descrito neste termo, englobam o objeto desta licitação, os serviços previstos na planilha orçamentária e memorial descritivo que integram o presente termo.

### 5 PROJETOS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS E OBRAS

- 5.1 Todos os serviços discriminados no objeto de contrato e planilha orçamentária deverão ser executados conforme Projetos e Documentação Técnica disponibilizadas aos licitantes.
- 5.2 A LICITANTE se responsabilizará por conhecer os projetos/planilhas/documentos técnicos e também o local da obra e se for o caso, listar com clareza para a Comissão de Licitação em tempo hábil, as dúvidas, os erros, falhas ou omissões que inviabilizem a execução das obras.
- 5.3 Todos os materiais e serviços deverão atender às exigências dos projetos, das especificações do Caderno de Encargos da SUDECAP e das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, DER-MG e DNIT com comprovação por ensaios, testes ou outras provas definidas no Caderno de Encargos da SUDECAP e/ou nas normas da ABNT, DER-MG e DNIT.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA**

### **6 LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS**

- 6.1 A CONTRATADA e eventuais subcontratadas deverão executar a obra considerando sempre os requisitos de Segurança do Trabalho adequados, seguindo a Lei 6.514/77, as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e as normas da ABNT e quando a legislação brasileira for omissa as normas internacionais aplicáveis.
- 6.2 A CONTRATADA e eventuais subcontratadas deverão executar a obra considerando sempre os requisitos ambientais adequados, seguindo a legislação ambiental vigente (Federal, Estadual e Municipal), as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA - deliberações do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CODEMA - e as normas da ABNT.
- 6.3 A CONTRATADA deverá fazer Anotação de Responsabilidade Técnica – ART's para a obra, uma em nome de quaisquer dos seus responsáveis técnicos constantes da Certidão de Registro da Pessoa Jurídica junto à entidade profissional competente, e outra em nome do engenheiro que efetivamente executará a obra. Caso o Responsável Técnico – RT geral da empresa seja o engenheiro que efetivamente comandará a obra, a segunda anotação fica naturalmente suprida, desde que seja garantida a sua permanência na obra.
- 6.4 Caberá à CONTRATADA a solicitação da AUTORIZAÇÃO DE INTERDIÇÃO TOTAL OU PARCIAL DE VIAS junto à Secretaria Municipal Segurança Pública, Trânsito e Transportes.

### **7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA E CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

- 7.1 Certidão de registro na entidade profissional competente;
- 7.2 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 7.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- 7.4 Certidão negativa junto a Fazenda Estadual;
- 7.5 Certidão negativa junto a Fazenda Municipal;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

- 7.5.1 Nos municípios em que não há a emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários;
- 7.6 Prova de Regularidade (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- 7.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII – Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452 de 1º de maio de 1943;
- 7.8 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na legislação vigente;
- 7.9 Atestado(s) de capacidade técnico-profissional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente CREA (Conselho Regional de Engenharia) ou CAU (Conselho de Arquitetura), ou ainda na entidade profissional competente ao da categoria, acompanhado (s) de Certidão (ões) de Acervo Técnico (CAT) comprovando que o (s) Responsável (is) Técnico (s) executou (aram) obra (s) com característica (s) semelhante (s)/ similar (es) ao objeto ora licitado.
- 7.10 O (s) atestado (s) de capacidade técnico-profissional deverá (ão) comprovar a execução dos serviços abaixo relacionados, conforme inciso I, do § 1º do art. 30, da Lei 8.666/93
- 7.10.1 Rede tubular de concreto diâmetro maior ou igual a 600 mm (drenagem) – 2.750 m
- 7.10.2 Execução de gabião – 2.000 m³
- 7.10.3 Concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) camada de rolamento – 2.000 t;
- 7.10.4 Base e Sub-base com brita bica corrida – 10.000 m³



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

- 7.11 Os quantitativos apresentados em cada situação deverão constar de apenas 1 (um) único atestado, não sendo admitido somatórios para comprovação técnico-operacional. É possível, porém, que a licitante apresente atestados diversos para itens distintos.

### 8 EQUIPE TÉCNICA

- 8.1 O engenheiro responsável pela obra será, obrigatoriamente, integrante do quadro permanente da licitante cujos Atestados de Capacidade Técnica – ACT, registrados na entidade profissional competente, foram apresentados na fase de habilitação do processo licitatório. Caso seja necessário, a substituição do engenheiro responsável poderá ser feita por outro profissional desde que atenda às mesmas qualificações e que seja autorizada pela FISCAL da obra.
- 8.2 Será exigida a presença de um profissional responsável pela sinalização provisória de segurança para distribuir as placas indicativas e de segurança com os descritivos “REDUZA A VELOCIDADE”, “TRÂNSITO IMPEDIDO”, “DESVIO”, “HOMENS TRABALHANDO”, “DEGRAU NA PISTA”, “TRÂNSITO LOCAL”, “PROIBIDO ESTACIONAR”, etc., utilizadas para a correta orientação e segurança dos usuários da via com conforto e segurança e operários dos serviços.
- 8.3 O FISCAL poderá exigir da CONTRATADA a substituição de qualquer membro que justificadamente não tenha desempenho profissional condizente com a obra.
- 8.4 Todos os funcionários da obra deverão trabalhar uniformizados conforme modelo fornecido pela FISCALIZAÇÃO na data da emissão da O.S.

### 9 EQUIPAMENTOS E TRANSPORTE DE MATERIAIS

- 9.1 O transporte dos materiais necessários para execução do objeto deste contrato deverá obedecer às normas, portarias e recomendações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG, Secretaria Municipal de Segurança Pública, Segurança e Transporte e demais órgãos de regulamentação de transporte, sendo da licitante CONTRATADA, esta responsabilidade, pela condição dos caminhões, seu peso líquido em relação ao tipo e



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

categoria do veículo de transporte e trajetos permitidos na região urbana, inclusive em seus horários.

### 10 DOCUMENTOS EXIGÍVEIS APÓS A CONTRATAÇÃO

10.1 A CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da OS, os documentos abaixo elencados:

10.1.1 Anotação de Responsabilidade Técnica da obra

10.1.2 Abertura do certificado de matrícula no INSS

10.2 A CONTRATADA deverá observar o prazo do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, para o registro da ART da obra e/ou serviço.

10.3 A CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO, sempre que solicitada, a análise dos padrões técnicos de Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional e Atestados de Saúde Ocupacional – PCMSO.

10.4 A CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO, sempre que solicitada, o Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais – PPRA.

10.5 A CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO, sempre que solicitada, o comprovante do fornecimento de EPI aos funcionários que executam a obra.

### 11 PLANEJAMENTO GERENCIAL DAS ATIVIDADES

11.1 O engenheiro da CONTRATADA responsável pelo serviço deverá realizar uma vistoria antes da mobilização juntamente com o engenheiro fiscal da Secretaria de Obras. Nessa vistoria serão analisados a implantação dos projetos, os detalhes da sinalização de segurança e os serviços a serem executados.

11.2 O Diário de Obras será o documento adequado para comunicação de todos e quaisquer fatos, solicitações, análise, avaliações, *etc.*, referentes à prestação dos serviços e cumprimento do contrato e deverá ser preenchido e assinado diariamente pelo engenheiro da CONTRATADA responsável pelos serviços, e no máximo 2 (dois) dias úteis após, vistado pelo FISCAL do contrato, com relatos e respostas se for o caso.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

- 11.3 Controle tecnológico: o controle tecnológico de materiais e serviços deve ser feito de acordo com as normas técnicas e orientações do Caderno de Encargos da SUDECAP, DER-MG e DNIT e das normas da ABNT. Os ensaios realizados dentro da usina de asfalto são de responsabilidade da CONTRATADA que deverá entregar os resultados à FISCALIZAÇÃO sempre que forem solicitados. Os custos desses ensaios já estão incluídos na composição de preço do Concreto Betuminoso Usinado a Quente - CBUQ. Já os ensaios de campo serão executados e custeados pelo Laboratório de Solos e Asfalto da CONTRATADA.
- 11.4 Os relatórios emitidos pelos laboratórios da CONTRATADA acompanharão os serviços desde a usinagem da massa asfáltica até a sua aplicação. A FISCALIZAÇÃO poderá requisitar a coleta de amostra para ser ensaiada no laboratório da CONTRATANTE.
- 11.5 A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados às redes das concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos.
- 11.6 Deverá ser elaborado registro fotográfico periódico da obra, a fim de capturar imagens do desenvolvimento dos serviços que estejam em execução e apontados na medição. O ponto de captura das imagens deve mostrar a visão mais abrangente das instalações, sinalizações e frentes de serviço, visando esclarecer questionamentos futuros sobre métodos construtivos, sequência das atividades, equipamentos e mão de obra envolvida. A entrega do relatório fotográfico é condicionante para a medição dos serviços no período, sendo obrigatória apresentação dos arquivos de imagem em formato *JPEG* em mídia eletrônica e impressos. O número de fotos assim como a periodicidade (diário, semanal, etc.) será determinado pelo FISCAL, e deverão apresentar a data em que foram capturadas.

## 12 FISCALIZAÇÃO DA OBRA

- 12.1 A execução da obra será fiscalizada pela PREFEITURA DE SANTA LUZIA e/ou seus contratados, com poderes para verificar se os projetos estão sendo cumpridos, se os materiais atendem às exigências dos projetos, das especificações do Caderno de Encargos da SUDECAP, DER-MG, DNIT e das normas da ABNT (exigindo os testes e ensaios definidos nas mesmas Normas da ABNT) analisar e decidir sobre proposições da CONTRATADA que visem melhorar a execução da obra, fazer qualquer



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

advertência quanto a qualquer falha da CONTRATADA, recomendar aplicação de advertências, multas ou outras penalidades no contrato.

12.2 A existência do FISCAL não exime a responsabilidade da CONTRATADA, podendo inclusive questionar detalhes construtivos dos serviços em execução ou executados, materiais em utilização ou já utilizados, sujeitando-os à análise e aprovação.

12.3 A Segurança e Saúde Ocupacional poderá ser verificada por engenheiro/técnico de segurança da PREFEITURA DE SANTA LUZIA, em vistorias sem aviso prévio, as quais deverão ser lançadas no Diário de Obras. Sendo observadas não conformidades ou irregularidades, as mesmas serão anotadas em relatório de vistoria, que será entregue ao FISCAL para repassar à CONTRATADA. Essas não conformidades e irregularidades deverão ser prontamente solucionadas, sob pena de advertência e outras penalidades previstas em contrato.

12.4 Ficam designados os seguintes servidores como fiscais do contrato: Engenheiro **Edson Espíndola Xavier, CREA 133.420/D, mat 32216** como fiscal responsável técnico para acompanhamentos dos serviços – RT e as servidoras Mara Cristina Custódio, matrícula 32.214 e Marinete Coelho da Silva Machado, matrícula 33.233 como fiscais administrativas do contrato.

### 13 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas oriundas deste Ata de Registro de Preços serão custeadas com recursos do orçamento do município.

### 14 VALOR ESTIMADO

14.1 O valor estimado para este Registro de Preços é de R\$ 49.252.469,74 (quarenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

### 15 MEDIÇÕES

15.1 Os serviços/materiais serão medidos mensalmente, conforme executados na obra, de acordo com os preços unitários da planilha contratual e com comprovação da solicitação mediante ordem de serviço emitida para execução dos serviços.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Serviços/materiais não aceitos pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE não serão objeto de medição.

- 15.2 Em nenhuma hipótese poderá haver antecipação de medição de serviços ou medição de serviços sem a devida cobertura contratual.
- 15.3 As medições serão elaboradas relativas aos serviços executados no período do dia 01 a 31 de cada mês, pelo CONTRATADA, com a participação da FISCAL, e será formalizada e datada no último dia de cada mês.
- 15.4 O prazo para pagamento da medição será de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento definitivo das Notas Fiscais/Faturas.
- 15.5 Havendo irregularidade na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o prazo para pagamento previsto será contado a partir da sua reapresentação, devidamente regularizada.
- 15.6 A CONTRATADA deverá apresentar junto à medição, quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO, a documentação de fornecimento de EPI, análise do PCMSO e PPRA.

### 16 RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 16.1 Durante a obra, a FISCALIZAÇÃO dará ciência à CONTRATADA das recomendações e das especificações para limpeza e recebimento dos serviços.
- 16.2 Após a formalização de conclusão da obra, a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA farão uma vistoria em todos os serviços executados e materiais aplicados. Concluída a vistoria, a FISCALIZAÇÃO emitirá o relatório de vistoria informando quais os serviços/materiais aceitos e quais serviços/materiais que deverão ser corrigidos, substituídos ou reparados.
- 16.3 A CONTRATADA deverá tomar as providências necessárias, imediatamente, para reparar ou substituir, conforme orientação da FISCALIZAÇÃO. Concluídas as correções a FISCALIZAÇÃO verificará se os serviços/materiais serão aceitos ou não. Quando todos os reparos forem executados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, esta concluirá o relatório de vistoria, e tendo a CONTRATADA cumprido todas as outras obrigações pertinentes ao contrato, a FISCALIZAÇÃO emitirá o Termo de Recebimento Provisório – TRP.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

- 16.4 Decorridos 90 (noventa) dias da data do TRP e desde que a CONTRATADA tenha corrigido, às suas expensas, eventuais defeitos e vícios constatados neste período, a FISCALIZAÇÃO emitirá o Termo de Recebimento Definitivo - TRD.
- 16.5 A garantia da execução dada pela CONTRATADA será liberada após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, mas a responsabilidade da CONTRATADA permanece nos termos da legislação civil aplicável.

### 17 DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- 17.1 É de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento, a triagem, o transporte e a destinação adequada dos resíduos, independente da natureza destes. No preço a ser ofertado para o item "Disposição final de resíduos" deverão estar incluídos também os custos inerentes à disposição adequada conforme exigências ambientais.
- 17.2 O local da disposição final dos materiais escavados deverá ser um centro de tratamento de resíduos devidamente licenciado pelos órgãos ambientais responsáveis legalmente, que, em princípio, será o previsto e considerado no orçamento da obra.
- 17.3 A FISCALIZAÇÃO ou a CONTRATADA com anuência da FISCALIZAÇÃO, poderão propor a mudança de local, sempre levando em conta os aspectos técnicos, legais, ambientais, e o menor custo para o Município.
- 17.4 A CONTRATADA deverá manter os locais das obras limpos, sem lixo e acúmulo de água, evitando a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e demais vetores.

Santa Luzia, 02 de julho de 2020.

  
Bruno Márcio Moreira Almeida  
Prefeitura Municipal Santa Luzia  
Secretário de Obras